



Cassiano Ricardo e as várias formas do mesmo. Martim Cererê, Marcha para Oeste e as releituras do Brasil entre 1928 e 1970.

Vitale Joanoni Neto

Resumo

O artigo analisa duas obras de Cassiano Ricardo, *Martim Cererê. O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis* (1928) e *Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil* (1940), e as diferentes leituras que o autor fez do Brasil e dos projetos de construção da nação por parte dos grupos políticos no poder. Centralizamos nossas observações em três momentos a saber: a Primeira República, quando a elite paulista assumiu importante protagonismo, a ditadura do Estado Novo, quando Vargas personalizou o poder e se tornou o rosto da nação e a ditadura instaurada em 1964, quando os militares tomaram os altos postos de comando político do Estado respaldados por grupos civis. Para cada um desses momentos, Ricardo reinterpreta sua obra, fazendo sucessivas releituras de suas teses, tomando os bandeirantes e o bandeirantismo como ponto de partida.

Palavras-chave: Bandeirantes, Brasil, Marcha para Oeste, Integração Nacional.

Cassiano Ricardo and the various forms of the same. Martim Cererê, March to the West and the re-readings of Brazil between 1928 and 1970

Abstract

The article analyzes two works by Cassiano Ricardo, *Martim Cererê. O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis* (1928) and *Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil* (1940), and the different readings that the author made of Brazil and the projects of construction of the nation by the political groups in government. We centralized our observations in three moments: The First Republic, when the São Paulo elite assumed a prominent role, the Estado Novo dictatorship, when Vargas personalized the State and became the face of the nation and the dictatorship established in 1964, when the military took The state's high political command posts backed by civilian groups. For each of these moments,

Ricardo re-presents his work, making successive re-readings of his theses, taking the bandeirantes and bandeirantismo as starting point.

Keywords: Bandeirantes, Brazil, March to the West, National Integration.

A literatura constrói uma realidade, conseqüentemente, propõe uma identidade que pode sim se tornar marca distintiva de um povo ou país, mesmo que, no momento em que foi proposta, tenha chocado por questionar determinada sociedade, ou sido negada em razão dessa última não se reconhecer nas personagens e situações retratadas. Apenas para mencionar alguns casos emblemáticos de obras centrais na cultura de um povo, temos Goethe na Alemanha, Dante Alighieri na Itália, Miguel de Cervantes na Espanha.

Algumas dessas obras são consideradas fundantes dos Estados nacionais nos quais estão inseridas. Nos interessa a relação entre autor, obra e a realidade retratada. Nosso ponto de partida será o início do século XX, a busca da brasilidade, os diversos caminhos visando a construção da nação, em obras como “Os Sertões” de Euclides da Cunha (1902), “Macunaima” de Mario de Andrade (1928) ou “Martim Cererê” de Cassiano Ricardo (1928), para mencionar apenas algumas delas. Esses intelectuais passaram a “*investir seus esforços na compreensão da especificidade da cultura brasileira*” (VELLOSO, 2008, p.374), propuseram projetos para o país a partir da consciência da necessidade de se distanciar da Europa, de afirmar o povo brasileiro como soberano, seja pelo caminho da antropofagia ou pela criação do mito do herói que nasce do feliz encontro das três raças.

Esses intelectuais aqui mencionados, produziram obras literárias, hoje consideradas clássicas, mas também ensaios, artigos, envolveram-se em disputas políticas, tornando inseparável essa nossa literatura do seu comprometimento com uma escala de valores adversa à sua natureza ficcional. Racionalidade ao invés de imaginação, sistematização ao invés de invenção (VELLOSO, 1988, p.240), e esse é um traço indelével dessa produção literária brasileira.

Nesse texto trataremos mais especificamente da relação entre duas obras e, conseqüentemente, do pensamento de Cassiano Ricardo, com a História do Brasil entre 1928 e 1970, com foco particular naquilo que o autor chamou de “organização nacional”. Buscaremos nessas suas obras, analisar a releitura do bandeirantismo e o modo como ele reinterpretou esse

fenômeno histórico para relacioná-lo aos diferentes momentos da História do país. Essas sucessivas releituras culminaram na defesa da integração do Oeste brasileiro à “*nossa base ecumênica*”, nas palavras de Golbery do Couto e Silva, (1981, p.95) que, por consequência, resultou no modelo de exploração econômica proposto pelos governos ditatoriais.

Fixaremos nossa atenção em duas obras de Cassiano Ricardo: *Martin Cererê* (1928 e que mereceu dezenas de reedições durante todo o século XX), diretamente conectada com o Modernismo, e *Marcha para Oeste* (1940), ensaio que sofreu sucessivas releituras (foi reeditado com modificações em 1942, 1959 e 1970). Interessa-nos o fato de afirmarem a ousadia bandeirante, rerepresentada entre 1928 e 1970 de acordo com as vicissitudes políticas do momento e os envolvimento do autor, além de resultarem de convicções, crenças, opções ideológicas sendo, portanto, produtos de uma elaboração que construiu um entendimento de sociedade nos momentos em que foram produzidas que, por exemplo, negava a violência e o extermínio de grupos indígenas ou exaltava a democracia racial.

No Romantismo e no Modernismo brasileiros, a literatura foi um veículo de construção da nacionalidade e, segundo Velloso (1998, p.239), diferentes autores, embora por perspectivas variadas, reforçaram essa vertente tradicional de análise, seja ao defender a literatura como escola de civismo, seja ao considerá-la como instrumento de conscientização política, a ideia acabou sempre incidindo sobre o mesmo ponto, uma relação didática, pedagógica entre literatura e sociedade. Ainda segundo Velloso, essas visões apresentaram a obra literária como mero testemunho da sociedade, a partir de uma visão unilateral e objetiva entre essa e o meio social retratado.

Estamos propondo essa análise entendendo que, apesar das inúmeras advertências feitas por Falcon (In CARDOSO e VAINFAS, 1997), o estudo sobre as dimensões sociais do pensamento conservador brasileiro, expressas nos escritos mencionados de Ricardo possibilitará entender como o discurso intelectualizado da busca da brasilidade e da importância do voltar-se para o Oeste, foi em diferentes momentos, entendido, reinterpretado e usado em favor de projetos de desenvolvimento que ora ignoraram parcelas da população brasileira (índios, posseiros, lavradores sem terra), ora usaram esses grupos como pretexto para tais ocupações, sempre dentro de uma dinâmica de exploração econômica.

Por pensamento conservador entendemos o conjunto de ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente em oposição às forças inovadoras (BONAZZI. In BOBBIO, et al., 2009, p.242), sem, contudo, entendê-las como extáticas ou imutáveis. É a dinâmica social considerada em sua correlação de forças entre os diferentes grupos existentes, a historicidade do momento, que faz com que uma ideia, ou um conjunto de ideias, seja tomado como tal.

Um aspecto comum entre os muitos artistas e estudiosos brasileiros no período estudado, foi a defesa de um projeto político por meio de diferentes formas de manifestação (obra literária, peça teatral, música, poesia, artes plásticas), que ajudaram a definir os contornos da cultura brasileira, em que pese representassem matizes políticas diferentes. Por permearem os mais variados aspectos da vida em nossa sociedade, partiram do letrado ou dessa elite e deslocaram-se para o iletrado ou popular. (DARNTON, 1990, 198).

A leitura desses textos de Ricardo acima citados sob essa ótica visa encontrar elementos que justificaram as ações do Estado na reocupação do interior do Brasil; que corroboraram hegemonias políticas dos grupos em análise; que contribuíram para a construção do sentimento de brasilidade; que foram incorporados ao vocabulário popular e passaram a compor o senso comum. Para isso faz-se necessário considerá-las em sua historicidade, analisa-las em razão de seu impacto sobre as iniciativas governamentais para a reocupação do “território nacional”, bem como na produção de sentido para essas ações.

Sobre o autor

Cassiano Ricardo nasceu em 26 de julho de 1895, em São José dos Campos, São Paulo e faleceu em 14 de janeiro de 1974. Formou-se em Direito no Rio de Janeiro. Foi membro do Conselho Federal de Cultura, da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Letras (eleito em 1937). Além de jornalista e poeta (autor de dezenas de livros), foi ensaísta. Escreveu sobre os bandeirantes, sobre diversos autores e sobre literatura. Dentre suas obras mais expressivas destacamos: *Martim Cererê. O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis* (1928) e *Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil* (1940). Recebeu diversos prêmios por sua produção literária. Na cidade de São Paulo se engajou no

movimento de reforma literária iniciado na Semana de Arte Moderna de 1922, do qual foi um dos líderes. Participou dos grupos Verde e Amarelo e Anta, com Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Raul Bopp, entre outros. Na década de 30, junto com Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho, fundou o movimento político Bandeira, em oposição ao Integralismo. Como jornalista e redator, trabalhou nos jornais Correio Paulistano, A Manhã e fundou as revistas Novíssima (revista modernista – 1924), Planalto (1930) e Invenção (1962). Sua poesia era caracterizada por um lirismo sentimental de cunho nacionalista, mas suas obras pós anos 40 adotaram uma postura lírica, introspectiva e filosófica.

Durante o levante das elites paulistas contra o governo provisório de Vargas (1932), chamado em São Paulo de “Revolução Constitucionalista”, Cassiano Ricardo fez discursos radiofônicos no programa "Em defesa da revolução", baseados nos poemas de Martim Cererê. Nesta ocasião foi nomeado secretário do governo Pedro de Toledo. Em 1936 o grupo Bandeira, fundado por ele, recebeu o apoio da alta oficialidade do exército brasileiro, incluindo nomes como os de Góes Monteiro e Juraci Magalhães, dentre as proposições desse grupo destacamos: salvar a democracia brasileira, combatendo tanto o comunismo como o liberalismo. "*A vestir uma camisa verde ou vermelha, preferimos ficar sem camisa*", foi uma espécie de slogan do movimento. Essas ideias foram difundidas por Cassiano Ricardo em “O Brasil no original”, escrito em 1936.

Durante o Estado Novo (1937-1945), Ricardo ocupou diversos postos importantes, dirigindo o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, como censor e diretor responsável pelo Jornal A Manhã (1941-1945), órgão de propaganda do governo ligado diretamente à Presidência da República e também assumiu a chefia do Departamento Político Cultural da Rádio Nacional, que transmitia crônicas culturais e de interesse nacional diariamente, frequentemente assinadas pelo autor. Data deste período a publicação da “Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil” de 1940 (aqui chamada apenas Marcha para Oeste), uma versão mítica do Estado Nacional, em que Cassiano faz uma analogia entre a organização das bandeiras (século XVI) e a do Estado Novo. Entre 1953 e 1954 foi chefe do Escritório Comercial do Brasil em Paris, e ocupou ainda outros cargos públicos nos anos seguintes.



Cassiano Ricardo é representante daquele movimento intelectual que marcou o Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do XX e que inclui o Modernismo. Nele se encontram nomes como Alberto Torres, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Alfredo Ellis Jr., entre outros. Foi na esteira desse movimento que a República foi criticada, a Democracia foi questionada, uma identidade nacional foi proposta, o país foi revisitado de formas diferentes e um dos resultados disso foi a emergência de mitos fundadores como o dos bandeirantes.

Sobre as suas obras em análise

Martim Cererê. O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis, escrito em 1928 (aqui chamado apenas Martim Cererê) é uma peça clássica da poesia moderna brasileira. Esse poema propôs uma visão épica da história do Brasil, exaltou o bandeirantismo, buscou a mitologia nacional, vinculando-a à sociedade cafeeira e a industrial. É poema da terra e das grandes cidades, produto de um momento eufórico, de um instante de crescimento, de formação de uma consciência de grandeza. Cantava uma raça nova, resultado da miscigenação que havia sido anunciada pelos modernistas desde as primeiras horas do movimento e que deveria produzir um tipo especial de brasileiro, esse filho de todos os povos, que era feito da mistura dos sangue do branco, do negro, do índio.

Apresentou a crença na democracia biológica, proposta, aliás, pelo próprio Cassiano Ricardo, ou seja, a democracia fundada na ausência de preconceitos de sangue. O poema engrandecedor dessa raça está em Martim Cererê. O livro é considerado o ápice da fase modernista de Ricardo. De acordo com Luiza Franco Moreira (2001, pp.35 ss), a relação entre presente urbano e passado rural está no centro da estrutura do livro, compondo o "*emparelhamento contraditório de menino e adulto*" que exprime a tese política do autor. O mito da identidade brasileira criado em Martim Cererê conjuga episódios históricos e elementos do folclore em uma construção que, equiparando as expedições bandeirantes ao ciclo de exploração do café, coloca a metrópole paulista como o destino da nação, de maneira a subordinar toda a população à pequena parcela privilegiada da cidade. O menino Martim Cererê, um saci apresentado como alegoria do Brasil, revela nesse sentido, a inclinação paternalista e autoritária

da obra: o país, como menino ao mesmo tempo encantador e imaturo, mereceria afeto e careceria de orientação.

Martim Cererê foi adotado em escolas e Cassiano Ricardo aproximou-se do Estado Novo, servindo ao projeto de Getúlio Vargas. Por essa razão e a despeito das composições em que demonstra perfeita consciência dos recursos poéticos, "*para o [seu] público contemporâneo, Cassiano é o poeta de Martim Cererê; para os críticos, um escritor modernista de importância histórica, e para os historiadores, um ideólogo estado-novista*", resume Moreira (2001, p.23).

A obra mereceu mais de vinte edições entre 1928 e 2000 por diferentes editoras e com diferentes apresentações. Outra característica (aliás uma particularidade desse autor), é a constante reformulação da obra, inserindo, retirando, modificando partes nas suas edições. Alguns pequenos exemplos, o poema “café expresso” aparece na primeira edição de Martim Cererê e em 1934 foi revisado e teve seu título modificado para “minha xícara de café”. O poema “Borba Gato” da primeira edição, teve seu título modificado para “O Gigante número 4” nas edições seguintes. O poema “Borrão de tinta preta” consta apenas na primeira edição do livro, tendo sido retirado das edições seguintes.

Martim Cererê e o protagonismo paulista

Quando Afonso de Taunay tomou posse como membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1912 e afirmou em seu primeiro discurso “*São Paulo nunca coube dentro de suas fronteiras*”, deu início a um projeto que sobrepunha a história de São Paulo à própria história do Brasil. Sua obra, consoante aos interesses da elite paulista, recuperando as incursões dos sertanistas pelo interior do continente no século XVI, construiu um protagonismo que marcou São Paulo e os paulistas como formadores da nação brasileira (cf. ANHEZINI, 2010).

Taunay, autor da extensa obra História Geral das Bandeiras Paulistas, marcou com força irredutível a ideia da vocação bandeirante, o movimento pelos sertões desenhando caminhos, permitindo conciliar as imagens do sertão com a do espírito bandeirante. A ideia de bandeira em movimento, de interiorização pelos sertões a riscar o mapa da nação, é o legado de uma história da conquista a ocupar o imaginário dos futuros colonizadores do Brasil.



Deste modo, podemos a partir de finais do século XIX, com a proeminência paulista, localizar pontos mais decisivos na construção das imagens sobre a nação brasileira. Trata-se de destacar no imaginário nacional a epopeia paulista (novamente a tônica recai sobre integridade e alargamento territorial): a figura do bandeirante paulista estará indelevelmente identificada à formação territorial do Brasil. Graças a sua ação, o Brasil deveria o estado atual de suas fronteiras, resultado da penetração sertanista. Segundo Kátia Maria Abud, “*os historiadores paulistas enfatizaram aspectos e deram consistência às representações do bandeirante como símbolo paulista, a ser imposto a toda nação, como construtor da integridade territorial brasileira*” (ABUD, 1986, p. 379-88). A atividade de conquista ganhou a sua dimensão imagética completa: bandeirismo e conquista de território; invasão de terras indígenas e apropriação de terras virgens, tudo legitimado pela ação civilizadora dos bandeirantes, os construtores da nação.

Levar em conta tais heranças e submeter a exame a historiografia brasileira, que instituiu um padrão de conhecimento histórico com os autores do século XIX, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), implica entender a escrita da História do Brasil e o trabalho sistemático de seleção dos elementos constitutivos da formação da nação.

Perseguindo essas análises teremos que, o paulista de Piratininga é o português que precisou se transformar, se reinventar, para sobreviver naquela porção da colônia. Ele precisou se distanciar da principal matriz colonizadora metropolitana, os engenhos de cana de açúcar com os escravos africanos e a figura do poderoso senhor de engenho, e se aproximar do sertão, dos nativos. Para se tornar o chamado sertanista ou bandeirante, precisou “nascer de novo” (ESTERCI, 1972, p.71). Vemos nessa analogia, algo muito próximo do que Oswald de Andrade chamou de “Antropofagia” e de certa forma com uma outra de Sérgio Buarque de Holanda em Caminhos e Fronteiras quando o autor afirmou que esses paulistas em sua adaptação à fronteira demonstraram ter a consistência do couro, amoldando-se as asperezas do meio. Mesmo que tais analogias possuam imagens convergentes, estão em contextos diferentes e é assim que devem ser vistas.

O que nos importa aqui é que mesmo intelectuais com diferentes perspectivas, recorreram a essa imagem como recurso metafórico para tratar da nossa cultura, ou “produção cultural” como disse Mario de Andrade. Em Ricardo, essa busca da brasilidade e discussão de sua

originalidade, resultou na construção de um caminho ficcional ou mítico como afirma Moreira (2001), que tem em Martim Cererê sua primeira síntese.

Martim Cererê está em sintonia com o Modernismo paulista e sua ênfase no bandeirante é, nesse momento, ênfase no paulista, justificadora de seu protagonismo frente ao nascente Estado Republicano. O Planalto de Piratininga foi o ponto de origem de onde os portugueses partiram rumo ao sertão e para onde voltaram, transformados para fundar nossa “biodemocracia” (RICARDO, 1970, p120).

Ricardo, como de resto os intelectuais paulistas do início do século XX, recebeu as influências das obras de Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus, ambos historiadores paulistas do século XVIII que trataram das incursões sertanistas que partiram do planalto rumo ao interior do continente. Segundo Abud (1985), parte da produção de ambos se perdeu, portanto, chegou apenas parcialmente ao século XX. Possuem pontos de convergência importantes (como a ênfase no protagonismo da gente do planalto na conquista do território a Oeste do continente). Um importante ponto de divergência entre esses historiadores e suas obras foi a preocupação de Pedro Taques de Almeida Paes Leme com a origem nobre dos moradores do planalto, livres de influências da mestiçagem moura, judia, africana ou índia. Na obra de Frei Gaspar da Madre de Deus, ele mesmo mameluco, essa preocupação não apareceu.

Possivelmente essa afirmação de Paes Leme esteja ligada ao fato dele viver (e depender disso radicalmente), às expensas de cargos públicos. Seu pai não lhe deixou grande fortuna e para acessar funções de destaque junto à administração colonial necessitava desse requisito e isso o teria levado a omitir a mestiçagem entre os moradores planaltinos, comum inclusive entre aqueles de maior fortuna.

Nas obras de Frei Gaspar aparece mesmo uma defesa da mestiçagem. Data também do século XVIII a obra do Jesuíta Charlevoix criticando os paulistas por suas incursões sobre as missões do Guaíra e associando a mestiçagem a formação de uma geração perversa (apud ABUD, 1985, p.92). A essa afirmação, Frei Gaspar contra argumenta dizendo que a mistura do português com o índio teria originado um indivíduo virtuoso, pois sobre ele não pesava a mancha da escravidão. Uma ideia que teria sido reproduzida como imagem aceitável e, chegando ao século XX apareceu, por exemplo, na obra de Ricardo.

Essa construção da imagem do paulista por ambos os historiadores do século XVIII, respondia a um problema imediato, qual foi, a disputa de espaço político entre os moradores de São Paulo e a chegada de forte fluxo migratório de comerciantes portugueses vindos da região das minas, que na segunda metade daquele século entravam em declínio, e que passaram a disputar espaço político com os moradores locais.

A lembrança do ocorrido na Guerra dos Emboabas (1709), quando a coroa tomou partido dos reinóis, ainda estava presente. A construção da nobiliarquia paulista ou na atenuação da mestiçagem com o índio, tinha o sentido de assegurar os espaços daquela elite local frente aos novos moradores. A Coroa por sua vez, emitiu um Decreto em 1755 reconhecendo o mameluco como dotado dos mesmos direitos dos brancos e sinalizou com sua disposição de não interferir como no momento anterior, quando preteriu os moradores locais.

As ideias presentes nas obras desses historiadores atravessaram o século XIX (Saint Hilaire chegou a chama-los raça de gigantes, apud ABUD, 1985, p.102), e mesmo que sem grande evidência, ressurgiu na passagem para o XX. Com a proclamação da República, a elite política paulista ocupou papel de destaque nacional e a explicação dada pelos paulistas era a de que São Paulo sempre fora protagonista da colonização e do avanço das fronteiras. Os homens de São Paulo carregavam consigo a marca distintiva desse arrojo de vitalidade, como no pronunciamento de Taunay acima mencionado. Nesse momento o bandeirismo foi recuperado como símbolo de lealdade ao Estado e a Nação e de quebra oferecia um viés de integração ao imigrante, já que uma das vertentes explicativas do bandeirismo, como já visto na obra de Frei Gaspar, enfatizava a miscigenação.

Na historiografia contemporânea (na passagem para o século XXI), encontramos diferentes leituras acerca da construção dessa nova territorialidade, nas quais os sertanistas ocupam outros papéis. Júnia Furtado afirma que a constituição da fronteira Oeste do Império Português se fez pela ação do Estado, por meio dos tratados e missões diplomáticas que definiram e oficializaram os limites entre ambos os reinos na América. O protagonismo caberia à diplomacia ibérica. (FURTADO, 2012). Kátia Maria Abud destaca a ação dos sertanistas paulistas na chegada e ocupação dos territórios a Oeste do Império português, logo lhes dá destaque na constituição dessa fronteira. (ABUD, 1985). João Antonio Botelho Lucídio defende

“que a ocupação dos espaços disputados pelas duas monarquias ibéricas nos vales dos rios Paraguai e Guaporé resultou mais dos interesses e das capacidades de seus súditos na América e menos das estratégias gestadas por suas monarquias”, (LUCÍDIO, 2013, P.14), em outras palavras, para Lucídio o protagonismo estaria com os ocupantes locais.

Ainda para esse autor, as diferentes instâncias dos governos europeus no novo mundo foram fundadas sobre a territorialidade ameríndia e apenas após os súditos das duas coroas ibéricas passarem a se encontrar de modo sistemático nesse grande espaço interior da América do Sul, é que surgiu a necessidade de conhecer e criar representações sobre esses espaços (LUCÍDIO, 2013, p.26), tornando-os territórios, disputando-os em tratados internacionais, construindo fronteiras.

Não se trata de afirmar a veracidade de qualquer um desses entendimentos em detrimento dos outros, mas apenas de demonstrar como os diferentes pontos de observação adotados por Furtado, Abud e Lucídio, da escolha dos caminhos possíveis encontrados na documentação, produziram ênfases distintas sobre o tema e, por consequência, na construção de caminhos explicativos próprios, releituras acerca da reocupação do espaço sul-americano e da constituição das novas territorialidades.

Em sua obra, Ricardo buscou estabelecer uma conexão entre o passado de glória dos bandeirantes e o presente (os anos 20 do século XX), e o fez usando dados históricos em meio a uma narrativa ficcional, por exemplo, relacionando duas figuras díspares: sertanistas e fazendeiros de café, atribuindo a ambos o perfil de bandeirante. O avanço rumo Oeste de ambos, associado à conquista de novos espaços e conseqüentemente à construção da Nação, foi apresentado como um mito que dá significado à História do Brasil (MOREIRA, 2001, p.41). A ambição de Ricardo em *Martim Cererê*, foi definir o mito de uma identidade brasileira, o país inteiro com todos os seus habitantes e ele o fez a partir dos portugueses e índios (o casamento do marinheiro com a Uiara) e seus filhos (os bandeirantes), que seriam essa nova raça. No final de *Martim Cererê*, São Paulo aparece apresentada como metrópole moderna, como aliás em várias outras obras de modernistas paulistas, associada a nação. A cidade é a concretização dos valores nacionais, símbolo do Brasil.

Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil

A mesma tese, embora em chave não literária, é o fundamento do ensaio *Marcha para Oeste*. Em que a visão positiva sobre a miscigenação, recoloca a crença no pioneirismo das bandeiras, resultando na concepção do estado forte como fruto de nossa evolução histórica. *Marcha para Oeste*, foi publicado em 1940 em uma edição com ótimo acabamento, em dois volumes, com um total de 585 páginas e uma dezena de ilustrações de Lívio Abramo. Essa obra mereceu considerações mais aprofundadas por parte da historiografia brasileira, como aquela feita por Lenharo em *Sacralização da política* (1986), por exemplo. Ricardo apresentou um projeto de nação construído ao longo de quase duas décadas e uma proposta de execução desse projeto, tendo à frente um governo forte, liderado por um chefe dotado das qualidades semelhantes às dos cabos de tropa, comandantes das bandeiras do início da colonização portuguesa. A nação proposta por Cassiano Ricardo concretizar-se-ia no interior, lugar imune às influências negativas do litoral.

A obra apresentou um endosso ao Estado Novo que era ainda recente. Essa defesa de forma mais explícita, apareceu somente na edição de 1940. A edição de 1942 teve o prefácio e posfácio modificados pelo autor, conservando trechos de apoio ao governo no corpo do livro. A edição de 1959 apresentou no novo prefácio, reelaborado pelo autor, apoio ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, procurando aliar este governo aos propósitos integracionistas de Vargas. No prefácio da quarta e última edição, em 1970, Cassiano Ricardo defendeu a investida do governo militar na Amazônia, conectando este fato com a marcha para o Oeste dos anos 40.

Nessas quatro edições, podemos observar as mudanças na leitura que o autor fez do Brasil e dos momentos políticos vividos. Primeiramente é importante que se considere a *Marcha para Oeste* como sequência, embora em linguagem não literária, de Martim Cererê. O argumento central foi mantido, a bandeira e o bandeirante como elementos formadores da identidade nacional, bem como o corolário de ideias relacionado à convivência harmônica das três raças. As chaves de leitura desse argumento, porém, foram sendo alteradas. Desse modo, entre a edição de 1940 e a de 1970 podemos observar já no prefácio das mesmas, nos títulos dos capítulos, na organização dos dois volumes, nas divisões internas das partes, as mudanças ou a reorganização

feita pelo autor. E quando vamos aos textos, podemos perceber as alterações, algumas sutis e que podem sugerir pequenas adequações suscitadas pelo momento, noutras, fortes intervenções como a inclusão de referências específicas sobre a política dos militares para a Amazônia no capítulo XXVIII (Conclusão), da edição de 1970.

Oliveira Vianna, contemporâneo de Ricardo e também apoiador do Estado Novo, escreveu *Evolução do povo brasileiro* em 1922 e publicou-o em 1923. Ao longo dos anos o livro recebeu muitas críticas, em especial quanto ao preconceito racial. Ao reeditá-lo em 1933, o autor não viu razão para modifica-lo e mais, afirmou que passados aqueles anos, suas afirmações haviam se fortalecido. Por exemplo, considerava sua tese sobre o dólico-louro na aristocracia bandeirante “*uma simples e inocente hipótese*” que vinha sendo confirmada pelos estudos que continuava a fazer. (IGLÉSIAS, 2009, p.54).

Ricardo era igualmente cioso de sua capacidade intelectual, mas ao contrário de seu contemporâneo Oliveira Vianna, reviu e modificou constantemente suas obras. *Marcha para Oeste* merece especial atenção nesse aspecto. Em todas as edições manteve-se a apresentação em dois volumes, mas entre as edições de 1940 e 1942 a mudança mais notável foi a ausência dos desenhos de Livio Abramo. O texto e sua organização foram mantidos, mas na edição de 1942 houve problemas na sua reorganização e diagramação. Sumário e capítulos não conferem quanto à paginação e mesmo a numeração destes não bate com a encontrada no corpo do livro. Nas edições de 1940 e 1942 a obra está organizada em três partes assim tituladas: A – Os grupos sociais da colônia; B – O grupo em movimento; e C – A bandeira e a gênese do Estado.

Sobre a reorganização física da obra e a reescrita do autor: no capítulo I da edição de 1942 aparece uma classificação dos grupos sociais da colônia. Esse texto, mantido na edição de 1959, foi reorganizado na edição de 1970. O capítulo II (ed. 1942), traz um texto sobre o *Uti Possidetis* e o golpe de Alexandre de Gusmão, suprimido na edição de 1970. A mulher índia nas edições de 1942 e 1956 foi chamada de vermelha. Na edição de 1970 essa denominação desapareceu substituída por exemplo, por mulher pagã (cap.III), ou o índio foi chamado de gentio, tapaiúna, tapuitinga ou pagão. Ainda nesse capítulo, o título “Há um terremoto humano e surge uma pátria”, aparentemente conectado com o pensamento do início do século XX, não aparece nas edições de 1959 e 1970.

Há também casos em que o autor reorganizou os assuntos. Por exemplo o capítulo IV da edição de 1942 (A bandeira e sua origem social) foi dividido em IV e V na edição de 1970 acrescentando-se o título “A bandeira e sua origem econômica” e algumas afirmativas foram relativizadas, *e.g.* “*Não é a pobreza que faz o homem do planalto emigrar...*”, foi substituído por “*Não é só a pobreza...*”. E títulos que deixavam claro a supremacia de uma cor sobre as outras nas primeiras edições (A hierarquização das cores), foram amenizados em 1970 (A função de cada cor). Nesse capítulo (X na edição de 1942) e no seguinte, o autor afirma uma de suas teses, a miscigenação como democratização biológica e a assimilação como democracia biológica em função de legítima defesa.

Há casos de supressão de capítulos, *e.g.* o capítulo XIII (Psicologia do grupo em movimento) da edição de 1942, foi suprimido na edição de 1970. Alguns dos temas abordados ali foram deslocados para outros capítulos. Isso aconteceu em outros capítulos. Mas também encontramos acréscimos como o subtítulo sobre a abolição no capítulo XX que encontramos apenas na edição de 1970. No final da edição de 1942 o autor acrescentou notas que posteriormente foram incorporadas ao texto nas edições seguintes e um rol de opiniões sobre sua obra emitidas por algumas autoridades e intelectuais como Menotti Del Picchia, Pedro Calmon e Gal. Eurico Gaspar Dutra, entre outros. A opção do autor por publicar esses comentários elogiosos (apenas na edição de 1942), mais suas palavras sobre a própria obra em entrevista concedida em 1959 a uma jornalista com a qual viria a se casar mais tarde (publicada na edição de 1970), permitem perceber um autor envaidecido com sua obra.

O fato que mais nos interessa nesse aspecto é que essas mudanças todas aqui elencadas demonstram a preocupação do autor em reescrever sua obra, ressignificá-la, reinseri-la nos novos momentos políticos que o país vivia. Isso é particularmente sensível quando olhamos para o final do segundo volume e comparamos as diferentes edições. No final das duas primeiras publicadas dentro do Estado Novo (1940 e 1942), temos os três capítulos finais (XXI, XXII e XXIII), discutindo o neo-bandeirismo do século XIX, as bandeiras do século XX e a conclusão onde o autor afirma que a bandeira continua a existir e expõe seus argumentos. Dentre eles destacamos:

Precisamos – diz o próprio Sr. Getúlio Vargas, na qualidade de chefe do governo brasileiro – promover esta arrancada sob todos os aspectos e com

todos os métodos, afim de sanar os vácuos demográficos do nosso território e fazer com que nossas fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas – e o meio de consegui-lo (são palavras suas) é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. (RICARDO, 1942, p.279).

O autor acrescenta que *“todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante”* e que a palavra, originalmente paulista *“desbordou”*, tornando-se *“epíteto do brasileiro em marcha para o futuro”*. Se ontem as bandeiras partiam apenas do planalto paulista *“hoje são todos quantos tomam parte na marcha da unidade brasileira”* (RICARDO, 1942, p.279).

No final da edição de 1959 foram acrescentados três capítulos, intercalados aos remanescentes da edição anterior: XXII, a conquista do último Oeste; XXIII, os bandeirantes da demarcação; XXV, o bandeirismo e seu reflexo no mundo moderno. Esses capítulos resultam em parte da reorganização elaborada pelo autor, das notas acrescentadas à edição de 1942 e de uma atualização pretendida, fazendo uma releitura à luz do novo momento da política nacional. Em sua argumentação o autor traça um argumento que parte dos sertanistas do planalto paulista, passa pela integração do Acre e chega às migrações do Nordeste para São Paulo *“todas elas, entre outras, a vantagem de corrigir os nossos vazios demográficos, como se dará na nova capital do país e de atender ao chamamento das zonas pioneiras”* (sic - RICARDO, 1959, p.388). Em seguida o autor afirma:

“O Sr. Juscelino Kubitscheck, em 1957, afirma: ‘A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o Oeste em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra.’” (RICARDO, 1959, p.389).

Na Edição de 1970 foi acrescentado apenas um capítulo, o XXVI, outras modalidades de bandeirismo. Nele o autor apresenta como exemplos de novos bandeirantes, Fawcett, Roquette-Pinto, Hermano Ribeiro da Silva, Roosevelt e Rondon. Mas indubitavelmente o que mais chama a atenção nessa edição é a conclusão. Em um texto reescrito para o Brasil de 1970 e claramente

posicionado naquele cenário político, o autor trata dos vários momentos do avanço rumo Oeste, passando pela construção de Brasília, pelas ameaças sofridas pelo Brasil em razão de sua grande superfície inexplorada, não cultivada ou vazia, pelo Projeto Rondon e chegando às iniciativas meritórias, da construção de rodovias federais cortando o sertão que levaram o imigrante para os “cafundós” do país. Esse indivíduo, ainda segundo o autor, seria o parente mais próximo do bandeirante. Bastante identificado com os discursos dos militares daquele momento, Ricardo afirma:

“Um bandeirismo estatal, político, fazendo parte dos programas de organização nacional, como a ‘marcha para Oeste’ do governo Vargas, a ‘mudança da capital’ do governo Kubitschek, a ‘operação Rondon’ e a Transamazônica que o atual governo do Presidente Garrastazu Médici está realizando, com a integração dos modernos processos de cultura. [...] A esse bandeirismo Oficial junta-se o nosso Exército...”. (RICARDO, 1970, p.645).

A Amazônia seria a última fronteira e a ela o autor dedica boa parte de sua argumentação. Os habitantes desse território são apresentados como atrasados e os povos indígenas, chamados “Silvícolas” pelo autor, merecem especial destaque nesse aspecto. Finalmente citando Armando Sales Oliveira em sua leitura da obra de Brecheret, Monumento às Bandeiras: “*Dois bandeirantes, os chefes vão na frente, a cavalo: é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir.*” (apud RICARDO, 1970, p.645), o autor afirma pedir a Anchieta, nosso primeiro bandeirante e único santo, que o Brasil não falhe ao seu destino, mais adiante justapõem as ideias de bandeirismo e desenvolvimento “*num só e idêntico conteúdo*”, afirmando em coro com os “*nossos estadistas*”: ninguém segura mais este país.

Na obra *Marcha para Oeste*, em muitos aspectos marcada pelos fundamentos do Estado Novo, o autor realizou uma síntese de seu pensamento a respeito das origens do Estado e da nação brasileira. Ele descreveu a saga bandeirante que, penetrando o inóspito sertão nos séculos XVI e XVII, deu início à formação social do Brasil, calcada na hierarquia de raças, no comando forte e na harmonia do convívio entre as três etnias. A história do Brasil foi contada desde as

bandeiras, passando pela industrialização de São Paulo e avançando para a proposta de conquista do Oeste. Trata-se, segundo o autor, de um ensaio sociológico (1970, p.653), que tem a finalidade de demonstrar que o regime centralizado de Vargas era a melhor forma de "organização política" para o Brasil. No entanto, Cassiano Ricardo fez mais do que defender o Estado Novo. Ele procurou, sobretudo, definir a missão deste "governo forte" e o papel que os intelectuais deveriam assumir em seu interior. A preocupação com um programa essencialmente nacional é patente também nos ensaios sobre literatura escritos por Cassiano Ricardo. A defesa de uma postura participativa por parte do intelectual formula-se, nesses textos, como uma busca pelo que há de propriamente brasileiro.

Esta postura conservadora de Cassiano Ricardo (o autor apoiou sistematicamente a manutenção do *status quo*), foi um dos motivos do afastamento por parte de estudiosos, em relação à sua obra. *Marcha para Oeste* não é apenas uma apologia ao Estado Novo ou ao governo forte. É uma reiterada manifestação de apoio a diferentes governos e suas diferentes políticas de integração. As sucessivas reescritas dessa obra, expõe essa intenção do autor. Na verdade, em muitos desses momentos, ele foi parte dessas estruturas de governos, ocupando cargos em diferentes escalões, desde o início dos anos 30 ainda em São Paulo, até os anos 50 já no mandato de Juscelino Kubitschek. A edição de 1970, a última de *Marcha para Oeste*, corrobora essa posição do autor quando de sua opção por acrescentar a adesão ao projeto militar para a Amazônia e em um exercício intelectual, na tentativa de manter a coerência da obra, incorporar essas ideias ao texto.

Considerações finais

Ricardo tomou o bandeirantismo como característica formadora da identidade nacional. Em Martim Cererê os valores atribuídos aos bandeirantes, coragem, ousadia, capacidade de adaptação, civilizador, pioneiro, construtor da nação, precursor na organização de um modelo de Estado mais adequado às nossas condições sociais, culturais e políticas, foram relacionados aos paulistas, identificando nesse último grupo aquelas qualidades herdadas por seus ancestrais e que justificavam sua posição de mando, ou controle político, durante a primeira República.

E se com o discurso de valorização do bandeirantismo em 1928 ele justificava a centralidade política dos paulistas na primeira república, com a primeira edição de Marcha para Oeste ele desdobrou essa tese para o Estado Novo e nessa obra, não apenas justificou a centralização do Estado por meio da manutenção de uma ditadura (que a propósito havia assumido o comando do Estado em lugar dos paulistas), como tratou por analogia a política de organização nacional de Vargas, incluindo a Marcha para Oeste como uma ação de bandeirantismo, sendo o presidente ditador o cabo da tropa e cada brasileiro herdeiro desse passado, ou um bandeirante, pois, segundo relata em seu livro, essas expedições construíram o Brasil tal como o conhecemos e não houve um só rincão interiorano que não tivesse recebido a presença desse abnegado civilizador.

Na edição de 1970, Ricardo faz uma revisão do texto acrescentando dois capítulos elogiando o que chamou de bandeirismo estatal, responsável por avançar no projeto de organização nacional iniciado por Vargas, mas que teria nesse final de século XX o seu auge. Não se trataria mais de conquistar territórios novos para a nação, mas de integrá-los em definitivo ao país. Novamente o autor reescreve suas teses. Já não se trata mais de apontar para protagonismos de um determinado elemento formador da nação, nem de delegar ao povo brasileiro esse protagonismo. Trata-se agora de conferir ao Estado forte esse papel, agora não mais de ampliação de meridianos, ou de ocupação, mas de integração da nação. A transamazônica foi vista pelo autor como uma nova fase no processo de integração nacional e da marcha para Oeste, “darei aqui para o Oeste, e completará a definitiva conquista que o Brasil faz de si mesmo” (RICARDO, 1970, p.646).

Por meio de frases como “goiano, mineiro, mato-grossense, fluminense, paranaense, catarinense, rio-grandense, são todos paulistas” (RICARDO, 1970, p.563), ou de afirmações como a de que o bandeirantismo não morreu e que todos os que praticam atos de bandeirantismo, são bandeirantes, mesmo não sendo paulistas (RICARDO, 1970, p.575), o autor vai ressignificando suas imagens e dando novos contornos à sua tese. Se por um lado aquela imagem ficcional, ou mítica para recuperarmos a tese de Moreira (2003), foi mantida, por outro o sujeito que protagoniza esse feito grandioso foi mudado para finalmente em 1970 ser identificado ao “sujeito” Estado ditatorial, que, tal como em Martim Cererê no poema “Brasil menino”, identifica

a nação a um menino imaturo, que precisa ser tutelado, e ao mesmo tempo afirma a liderança de uma elite, nesse caso a elite política fortemente vinculada à imagem dos militares: “A *esse bandeirismo Oficial junta-se o nosso Exército...*”. (RICARDO, 1970, P.645)

Agora não há mais um grupo regional específico, não há mais um indivíduo que personalize a ação, o brasileiro. Por trás da imagem do “somos todos”, subjaz o Estado forte, militarizado, único protagonista de um projeto próprio. Se durante o Estado Novo o cabo de tropa tinha um rosto (Vargas), agora tem apenas causas (o anticomunismo e a necessidade de integração nacional), colocadas como se fossem comuns, necessárias, pois levadas a efeito para nossa segurança. Esse bandeirantismo estatal foi a construção proposta pelo autor para continuar a dar sentido a um projeto político ao qual ele (também) se alinhou.

Branca no espírito de aventura,
Na direção, no grito de comando;
Índia no movimento
E africana nos pousos, nas lavouras,
Ou em torno das minas, a bandeira,
Não era tanto uma cidade em marcha
Senão uma democracia viva, obscura
E ainda espectral, no sonho e na loucura.

E homens sujos, jogados
Na praia, pela ruim natureza,
Negros fugidos dos engenhos
Ou detritos humanos cuspidos à margem
Dos latifúndios, como inúteis, sem Brasil
E sem cura,
Iam com ela em sua massa anônima.

E nasciam de novo,
Nessa síntese bíblica, em caminho Oeste.

Como que a voz do Oeste lhes falava
Ainda tonta do clamor matutino:
Só não irão
Os que não ouvem a chamada do destino!
(...)

(Cassiano Ricardo. A esperança mora a Oeste. In Martim Cererê, 13^a. Ed., 1974 p.99)

Referências Bibliográficas

- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Typographia Piratininga, s/d.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê. O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1974.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. 2vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1942.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. 2vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. 2vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.
- TAUNAY, Affonso de. *Historia das bandeiras paulistas*. 3Vols. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- ABUD, Katia M. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo, 1986. 250p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da USP.
- ABUD. A construção das fronteiras brasileiras: uma tarefa de historiadores. In: *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. História: Fronteiras*, Vol. I. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: ANPUH, 1999, pp. 379-388.
- ESTERCI, Neide. *O Mito da Democracia no País das Bandeiras - análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo*. Rio de Janeiro, 1972. 160p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Mestrado em Antropologia Social da UFRJ.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus/Editora da Unicamp, 1986.
- MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, Poetas e Heróis*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- VELLOSO, Mônica P. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.
- VELLOSO, Mônica P. A brasilidade verde e amarela: nacionalismo e regionalismo Paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.